



ECONOMIA POLÍTICA



2005

1º Semestre

EXPEDIENTE

CURSO DE DIREITO – CADERNOS DE EXERCÍCIOS

Coordenação Geral do Curso de Direito da Universidade Estácio de Sá

Prof. Sérgio Cavalieri Filho

Prof. André Cleofas Uchôa Cavalcanti

Coordenação Executiva: Márcia Sleiman

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Comissão de Qualificação e Apoio Didático-pedagógico

Presidência: Prof. Laerson Mauro

Coordenação: Prof.^a Tereza Moura

ORGANIZAÇÃO DO CADERNO

Prof. Luís Carlos Araújo

APRESENTAÇÃO

A metodologia de ensino aplicada no Curso de Direito da Universidade Estácio de Sá é centrada na articulação entre a teoria e a prática, com vistas a desenvolver o raciocínio jurídico do aluno. Essa metodologia abarca o estudo interdisciplinar dos vários ramos do Direito, permitindo o exercício constante da pesquisa, bem como a análise de conceitos e a discussão de suas aplicações. Nesta perspectiva, foi criada a Coleção Cadernos de Exercícios, que contempla uma série de casos práticos e interdisciplinares para serem desenvolvidos em aula, simulando casos concretos de provável ocorrência na vida profissional. O objetivo desta coleção é possibilitar aos alunos o acesso ao material didático que propicie um aprender fazendo.

Os pontos relevantes para o estudo dos casos devem ser objeto de pesquisa prévia pelos alunos, envolvendo a legislação pertinente, a doutrina e a jurisprudência, de forma a prepará-los para as discussões realizadas em aula.

Esperamos, com estes cadernos, criar condições para a realização de aulas mais interativas e propiciar a melhoria constante da qualidade do ensino do nosso Curso de Direito.

Coordenação Geral do Curso de Direito

SUMÁRIO

AULA 1

Noções de economia de mercado

Definição de mercado. Conceitos econômicos básicos. Fatores determinantes da demanda, objetivo do consumidor e lei geral da demanda. Fatores determinantes da oferta, objetivo da firma e lei geral da oferta. Equilíbrio de mercado. Política de preços: congelamento, preço mínimo e tabelamento. Outras formas de intervenção do Estado no campo do abastecimento; estoques reguladores, incentivos diversos à produção, quebras de patentes etc. A legislação sobre a intervenção do Estado no campo do abastecimento..... 9

AULA 2

Estruturas de mercado

Apresentação dos parâmetros de identificação das estruturas de mercado. Contextualização das transformações das estruturas de mercado na atualidade. Processo de concentração econômica, legislação e organismos governamentais criados para combater a dominação de mercado. Legislação básica relacionada à estrutura e à concentração de mercado..... 16

AULA 3

Economia e meio ambiente

Efeitos econômicos da destruição do meio ambiente. Política ambiental no Brasil. Responsabilidade ambiental corporativa. Regulamentação, industrialização, desenvolvimento tecnológico e competitividade. Padrões de consumo e energia e os efeitos sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. A legislação ambiental e sua relação com o estudo da economia..... 20

AULA 4

Fundamentos de economia monetária

Moeda: origem, formas, funções e definição. Meios de pagamento e títulos de crédito: os protagonistas do sistema monetário e financeiro. Instrumentos de política monetária. A ordem monetária na Constituição brasileira. Autoridades monetárias – exercem a competência da União para tratar da política monetária. Legislação que regulamenta a atuação do Banco Central – o “banco dos bancos”. Conceitos de taxa de juros e dívida interna pública. Inflação e suas consequências..... 23

AULA 5

Setor externo

Definição de câmbio. Regimes cambiais: fixo, flutuante e por bandas. Políticas cambiais e implicações na balança comercial. Câmbio como instrumento de regulação comercial. Importância do direito internacional e empresarial, leis reguladoras e práticas comerciais. Definição, estrutura e aplicação do balanço de pagamentos. Organismos internacionais: FMI, OMC e BIRD. Contextualização histórica da formação desses organismos e sua importância legal. Contextualização de políticas de ajuste do balanço de pagamentos no Brasil, de conflitos comerciais e de formação de blocos econômicos. Direito internacional, instrumentos de defesa comercial – mecanismos legais que permitiram e permitirão, ou não, a formação dos blocos econômicos..... 28

AULA 6

Crescimento econômico e informalidade no mercado de trabalho

Conceituação das óticas de mensuração das atividades econômicas em correlação com a legislação vigente. Definições de produtos interno e nacional. Definições de setores formais (tributáveis) e informais (não-tributáveis) da economia. A informalidade no mercado de trabalho e suas consequências (contrabando, pirataria, renda etc.). Diferenciação entre desenvolvimento e crescimento econômico. Identificação de objetivos desenvolvimentistas na legislação: Constituições federal e estadual e Leis Orgânicas Municipais..... 33

AULA 7

Políticas econômico-sociais no Brasil

Investimentos em infra-estrutura. Educação e saúde. A segurança como entrave ao desenvolvimento econômico. Competitividade de nossos produtos no mercado internacional. Indicadores sociais e retrato do País por meio do censo..... 38

AULA 8

Desigualdade e tributação

Os princípios gerais de tributação. Progressividade e regressividade dos tributos no País. A desigualdade de renda pessoal e regional e suas consequências. Orçamento e endividamento público..... 42

AULA 9

A economia do estado do Rio de Janeiro

Principais atividades econômicas (petróleo, turismo e serviços). Perspectivas de investimentos. A violência e a fuga do investimento. Os indicadores sociais e os investimentos de natureza social..... 45

AULA 10

Desenvolvimento econômico sustentável

A pobreza como processo restritivo ao desenvolvimento econômico sustentável. O planejamento familiar como processo de redução das despesas públicas. Cidadania e responsabilidade social. A violência como fator restritivo ao desenvolvimento econômico sustentável. O meio ambiente e a importância de sua preservação para alcançar a sustentabilidade..... 49

AULA 1

Noções de economia de mercado

Definição de mercado. Conceitos econômicos básicos. Fatores determinantes da demanda, objetivo do consumidor e lei geral da demanda. Fatores determinantes da oferta, objetivo da firma e lei geral da oferta. Equilíbrio de mercado. Política de preços: congelamento, preço mínimo e tabelamento. Outras formas de intervenção do Estado no campo do abastecimento; estoques reguladores, incentivos diversos à produção, quebras de patentes etc. A legislação sobre a intervenção do Estado no campo do abastecimento.

CASO 1

Temas:

• Definição de mercado • Fatores determinantes da demanda, objetivo do consumidor e lei geral da demanda • Fatores determinantes da oferta, objetivo da firma e lei geral da oferta.

Árabes prometem atender à demanda por óleo

(*O Globo*, 11 de outubro de 2004)

“A Arábia Saudita, o maior produtor mundial de petróleo, prometeu ontem manter um excedente para proteção de até dois milhões de barris por dia para atender ao futuro crescimento da demanda. Para o ministro do petróleo saudita, Li al-Naimi, não há escassez de petróleo, sendo seu país capaz de suprir a demanda à medida que ela cresça.”

“O maior crescimento da demanda em 20 anos aumentou a pressão para que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) eleve sua produção. Os 11 membros do cartel estão bombeando mais de 30 milhões de barris por dia, e a Arábia Saudita é a única com folga na produção. (...) Segundo o ministro, a Arábia Saudita pode produzir mais de 11 milhões de barris por dia, se a demanda aumentar muito.”

“O secretário do tesouro americano, John Snow, ressaltou ontem a necessidade de aumentar a produção mundial de petróleo, devido

aos seus altos preços, que passaram de US\$ 53. (...) Para o secretário, esse aumento de preço acaba sendo um imposto, porque reduz a renda das pessoas (...)"

Indagações:

- a) Identifique os agentes de mercado no texto acima.
- b) Relacione o problema da escassez com a evolução da demanda.
- c) Com base no texto acima, por que o preço do petróleo não pode subir indefinidamente?

CASO 2

Temas:

- Compreender os aspectos essenciais dos conceitos econômicos básicos
- Equilíbrio de mercado • Fatores determinantes da oferta e demanda.

Indústria reclama e varejo desaprova alta

(Folha Online, 18 de novembro de 2004)

"A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) afirmou que a decisão do Banco Central frustra a sociedade brasileira. Em nota assinada pelo presidente da entidade, Paulo Skaf, a elevação da (taxa) Selic sofreu críticas. 'É preciso mais controle fiscal, menos alta de juros', afirma. 'A única alternativa coerente é o controle de gastos do governo. Analisando dados do tesouro nacional, de janeiro a setembro de 2004, a receita aumentou 10,6% acima da inflação e as despesas cresceram 12,6%', acrescentou."

"Armando Monteiro Neto, presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), também por meio de nota, criticou a decisão. 'A indústria assiste, com preocupação, o aprofundamento do aperto monetário em curso pelo Banco Central', relata."

"Segundo a entidade, não há ameaça à estabilidade da inflação por meio de excesso de demanda (uma das teses defendidas pelo BC em decisões passadas, que também resultaram na elevação da taxa) e que a alta seguida dos juros pode comprometer a retomada duradoura do crescimento econômico no País."

“A Fecomércio SP (Federação do Comércio do Estado de São Paulo) divulgou nota em que desaprova o novo aumento da taxa de juros. ‘Continuamos acreditando que nenhum aumento de juros se justifica num país em que as taxas já são tão altas e que precisa, urgentemente, de investimentos para ampliar a produção e gerar emprego’, afirma Abram Szajman, presidente da entidade.”

“O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, afirmou que a decisão do BC é extremamente desastrosa para a economia brasileira. ‘Esse aumento trará queda no investimento, na produção, no consumo, refletindo intensamente na oferta de empregos e rendimento dos trabalhadores’, declarou.”

“Dados divulgados ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que a retomada do varejo já não se sustenta mais pelo crédito, que encareceu, mas por uma recomposição da renda do trabalhador, que se recuperou. O problema é que, com o freio na economia, há uma possibilidade de esfriar a recuperação do rendimento.”

“Szajman destaca que a elevação da Selic preocupa o setor, em relação ao impacto da atividade no próximo ano. ‘A tendência é que tenhamos maior restrição de crédito para o consumidor no início de 2005, o que deverá frear as vendas no varejo e, em consequência, a produção industrial voltada para o mercado interno, os investimentos e a geração de emprego e renda.’”

“Para ele, diante do arrefecimento que a atividade econômica já vem apresentando neste segundo semestre, o BC poderia, pelo menos, manter a Selic em 16,75% e aguardar mais algum tempo para verificar a evolução dos preços.”

Indagações:

- a) Qual o fator determinante de demanda que identificamos no texto?
- b) Quais são as implicações diretas para a oferta desta atuação governamental?
- c) Podemos dizer que o governo tomou essas medidas depois de verificar que o mercado se encontrava em seu ponto de equilíbrio?

CASO 3

Temas:

• A intervenção do Estado na economia • Política de preços • A interferência governamental no equilíbrio de mercado.

Tarifa aérea vetada cria mal-estar no governo

(Folha de S. Paulo, 17 de novembro de 2004, Brasília)

“A decisão do DAC (Departamento de Aviação Civil) de proibir a Gol de vender passagens para 27 destinos a R\$ 50 causou mal-estar nos ministérios do Turismo, da Justiça e da Fazenda. Os três ministérios são membros do Conac (Conselho Nacional de Aviação Civil) e não foram consultados sobre a medida.”

“‘Acho que o DAC não deve entrar na questão de preço. Preço é uma questão concorrencial’, disse Walfrido Mares Guia, ministro do Turismo, durante entrevista coletiva. A medida do DAC também atingiu a Vasp, a Varig e a TAM, que anunciaram promoções para competir com a Gol.”

“Mares Guia se referiu à decisão do DAC como um tabelamento de preços. O papel do DAC não é tabelar preço. Ele tem que regular adequadamente as condições de as empresas competirem.”

“A assessoria de imprensa do DAC afirmou que a suspensão das tarifas promocionais não é um tabelamento. Portaria do próprio DAC, de agosto de 2001, estabelece que ele pode intervir no mercado, bem como nas concessões de serviços aéreos regulares, a fim de coibir atos contra a ordem econômica e assegurar o interesse dos usuários.”

“Segundo o DAC, as tarifas promocionais foram suspensas, pois há indícios de que os preços estão abaixo dos custos operacionais das empresas e poderiam levar a uma concorrência predatória no setor. O DAC pediu a planilha de custos das empresas para avaliar se a suspensão deve ser mantida.”

“Para o ministro, uma empresa pode trabalhar empatando custos ou, eventualmente, até perdendo um pouco, como se fosse um investimento para incorporar nova demanda.”

“Mares Guia lembrou a época em que o governo, até o início dos anos 1990, estabelecia o preço das passagens. ‘O controle de preço

da época do CIP (Conselho Interministerial de Preços) foi vergonhoso. Fez muita gente ficar rica e quebrou muita gente séria.” “

“O ministério do Turismo não é o único órgão do governo que discorda da intervenção do DAC. Desde o ano passado, os ministérios da Justiça e da Fazenda tentam retirar do DAC, subordinado ao ministério da Defesa, a prerrogativa de intervir nos preços.”

“No último projeto para a nova regulamentação do setor aéreo, o DAC de fato perde o poder de interferir nos preços. A cobrança de tarifas, cujos valores levantassem suspeitas de concorrência desleal, seria analisada pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.”

Indagações:

- a) Quais são as implicações para a oferta e demanda quando uma empresa faz uma promoção como a da Gol?
- b) Que outras formas de intervenções o governo poderia utilizar para tentar diminuir os preços das passagens?
- c) Neste caso de intervenção nos preços, o governo poderia fazer uma política de preços mínimos? Por quê?

CASO 4

Temas:

- Outras formas de intervenções do Estado na economia • A legislação sobre a intervenção do Estado no campo do abastecimento • Situações de equilíbrio de mercado.

Governo insinua voltar a controlar preços

(Folha de S. Paulo, 17 de novembro de 2004, Brasília)

“Dois dias depois de a Petrobras ter anunciado aumento do preço da gasolina e do óleo diesel na refinaria, o governo voltou a insinuar que pode adotar controle no preço dos combustíveis no mercado de distribuição e revenda, no qual os preços são liberados.

Na segunda-feira, quando reajustou a gasolina em 10,8% e o diesel em 10,6%, a Petrobras estimou o impacto para o consumidor em 4,5% e 6,4%, respectivamente. O Sincopetro (Sindicato

Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo), no entanto, estimou o impacto em até 7,6% para a gasolina.”

“A ministra Dilma Rousseff (Minas e Energia) disse que haverá fiscalização extraordinária da ANP (Agência Nacional do Petróleo).

‘A ANP vai fazer uma pesquisa extraordinária que deve ficar pronta até o final da semana, tentando perceber quais são as oscilações’, disse, durante depoimento em comissão da Câmara.”

“Segundo ela, a fiscalização terá foco na margem. O governo, por meio da agência reguladora, irá verificar se os postos e as distribuidoras estão aproveitando a justificativa do aumento do preço dos combustíveis na refinaria para elevar suas margens de lucro.”

“Ela disse que a ANP procurará distorções. ‘Nós iremos ver se os aumentos estão compatíveis. Se não estiverem, a gente monitora a cadeia, e a ANP tem poder de fazer amostragem e ver por que aquele preço se distorceu, disse. Se houver abusos, a ANP tomará as medidas cabíveis’, afirmou.”

“Apesar das ameaças, a ministra disse que não está havendo controle de preços. ‘Não é controle, é monitoramento’, afirmou. Em maio de 2003 o governo anunciou uma tabela de referência para a gasolina. A atitude foi vista pelo mercado como tentativa de tabelamento e abandonada em julho.”

“O presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, reconheceu ontem que o preço do gás de cozinha no mercado interno está defasado em relação ao preço do gás natural no mercado internacional, mas afirmou que a empresa não vai aumentar o preço, pelo menos por ora. Dutra disse que houve aumentos excessivos no passado e que reajustá-lo agora seria contraproducente, pois poderia provocar queda no consumo.”

Indagações:

- a) Pela Constituição brasileira, o governo pode intervir no abastecimento?
- b) Caso o governo resolvesse, efetivamente, tabelar o preço do combustível abaixo do ponto de equilíbrio o que, possivelmente, ocorreria?
- c) Que outras formas de intervenções o governo poderia utilizar para tentar diminuir os preços dos combustíveis?

CASO 5

Temas:

- O processo de quebra de patentes • As imperfeições de mercado • A interferência do governo no equilíbrio de mercado.

Brasil pode quebrar patentes de drogas da Aids (*O Globo*, 30 de novembro de 2004)

“O diretor do Programa Nacional de DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e Aids do Ministério da Saúde, Pedro Chequer, afirmou ontem que o governo estuda a possibilidade de quebrar a patente de três a cinco medicamentos importados contra a Aids para reduzir custos e produzi-los no Brasil. Ele não disse o nome dos remédios, mas afirmou que laboratórios obtêm lucros exorbitantes no País.”

“A quebra de patentes pode se dar tanto de forma voluntária, mediante acordo com a indústria farmacêutica, quanto de modo compulsório. Em ambos os casos, porém, o governo brasileiro deve pagar *royalties* ao laboratório detentor dos direitos de produção de cada remédio. Segundo Chequer, mesmo pagando os *royalties*, sai mais barato que a importação.”

“Para Chequer, se vamos emitir uma licença voluntária ou compulsória dependerá do processo de negociação. No caso da licença voluntária, a indústria negocia e autoriza a produção por um certo período. ‘Mas não vamos esperar eternamente. Se essa negociação começar a demorar muito, declaramos emergência nacional e, com base na Lei de Patentes e nas regras da OMC (Organização Mundial do Comércio), o Brasil passa a produzir os remédios e a pagar *royalties*.’ “

“(…) Desde 1996, o país já deixou de pagar US\$ 1,5 bilhão em remédios contra a Aids. Segundo Chequer, a indústria multinacional fixa um preço alto demais para a negociação. Ao final, a margem de lucro fica na faixa de 15% a 20%, o que é exorbitante num mercado garantido de longo prazo em que a demanda é maior que a oferta”.

Indagações:

- a) A legislação permite esse processo de intervenção do Estado na produção?
- b) Que outras formas de intervenções o governo poderia utilizar para tentar diminuir os preços dos remédios?
- c) Por que o diretor do Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde, Pedro Chequer, afirma que nesse mercado de longo prazo, a demanda é maior que a oferta?

AULA 2

Estruturas de mercado

Apresentação dos parâmetros de identificação das estruturas de mercado. Contextualização das transformações das estruturas de mercado na atualidade. Processo de concentração econômica, legislação e organismos governamentais criados para combater a dominação de mercado. Legislação básica relacionada à estrutura e à concentração de mercado.

CASO 1**Temas:**

- Apresentação dos parâmetros de identificação das estruturas de mercado
- Processo de concentração econômica, legislação e organismos governamentais criados para combater a dominação de mercado
- As consequências da concentração excessiva do mercado nos direitos básicos dos consumidores.

Cade reafirma decisão e manda Nestlé vender a Garoto dois anos e meio depois da compra

(revista *Veja*, 13 de outubro de 2004)

“O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão estatal responsável pela análise dos casos de concentração de mercado no país, manteve por 3 votos favoráveis e 2 contrários à decisão de barrar a aquisição da Chocolates Garoto pela Nestlé.

Com isso, a multinacional suíça terá que vender a empresa que comprou em 2002. Quando julgou o caso pela primeira vez, em fevereiro, o Cade já vetara a operação porque entendeu que ela aumentaria a fatia de mercado da Nestlé de 33,94% para 58,41%, criando uma concentração excessiva.”

“Defender a concorrência é justamente o papel dos conselheiros do Cade, e regras antimonopólio existem nos sistemas jurídicos mais modernos. Mas o caso Garoto/Nestlé evidenciou regras contrárias ao bom senso e uma inaceitável lentidão no julgamento da questão. A primeira notificação ao Cade sobre a fusão foi feita em março de 2002. Portanto, o processo levou dois anos e meio para ser julgado. Nos Estados Unidos e na Inglaterra as agências reguladoras decidem pela viabilidade da operação antes mesmo de o investimento se concretizar. Segundo o ex-presidente do Cade, Gesner Oliveira, a análise prévia evita o fato consumado. A análise prévia fundamenta-se na constatação de que é sempre mais custoso desfazer um negócio do que nunca concretizá-lo (...) Nos Estados Unidos, se a Federal Trade Commission (FTC), o órgão do governo equivalente ao Cade, não se manifestar sobre um processo no prazo máximo de 30 dias, a operação é considerada aprovada. Em casos mais complexos, a FTC pode esticar esse prazo. Mas o princípio da manifestação prévia é o que conta. O Brasil tem buscado encurtar a duração dos processos.”

“(…) A gigante suíça estuda a possibilidade de levar a disputa para a justiça. Um dos argumentos, segundo o diretor jurídico da Nestlé no Brasil, Humberto Maccabelli, é justamente que o Conselho teria extrapolado o prazo estabelecido na Lei Antitruste para julgar o caso. (...) O governo brasileiro tem um projeto de lei que determina a análise das fusões antes de o negócio ser fechado.”

Indagações:

- a) Por que a intervenção de organismos estatais não fere o princípio da livre concorrência?
- b) Quais são os tipos de estrutura de mercado fiscalizada pelo Cade?
- c) Por que o consumidor pode ser prejudicado na relação de consumo?

CASO 2

Temas:

- Contextualização das transformações das estruturas de mercado na atualidade
- Processo de concentração econômica, a legislação e os organismos governamentais criados para combater a dominação de mercado
- Legislação básica relacionada à estrutura e à concentração de mercado.

Convênio une SDE e Receita contra sonegação

(O Globo, 13 de setembro de 2004)

“A Receita Federal obteve um reforço no combate à sonegação. Um convênio firmado com a Secretaria de Direito Econômico (SDE), do Ministério da Justiça, permite agora que processos de empresas acusadas de prejudicar a concorrência sejam enviadas ao fisco, caso haja suspeita de sonegação. Antes do convênio, a SDE arquivava os casos de irregularidade fiscal e seguia apenas com a investigações na área da concorrência.”

“(…) O convênio foi assinado em julho e, até agora, a SDE já enviou três casos para a Receita. São dois processos no setor de bebidas e um no de tecidos. Segundo o secretário de Direito Econômico, Daniel Goldberg, os três casos tratam de investigações de empresas acusadas de praticar preços predatórios, ou seja, vender seus produtos por valores abaixo do preço de custo das mercadorias, o que prejudica a concorrência no mercado.”

“Para o secretário de Direito Econômico, esse tipo de conduta também é um forte indício de sonegação fiscal. Segundo ele, a SDE pede que as empresas investigadas por práticas de preços predatórios mostrem suas planilhas de custo. Os dados são comparados com os preços das matérias-primas, distribuição e com a carga tributária do setor em que a empresa atua para identificar onde está a irregularidade.”

“(…) O secretário afirmou que os casos de preços predatórios não são comuns em outros países, mas no Brasil o número de investigações com esse tipo de denúncia estava muito acima da média. Constata-se que, na verdade, o que vem ocorrendo não são casos clássicos e sim de empresas que sonegam impostos e, por isso, podem vender seus produtos com preços muito mais baratos que

os da concorrência. Em alguns casos a diferença entre os preços das empresas varia de 60% e 70%. Entre os setores que mais têm preços predatórios no Brasil devido à sonegação fiscal estão o de combustíveis, o de bebidas e o varejista.”

“O convênio deve ajudar a Receita a aumentar o valor das autuações contra os sonegadores.”

Indagações:

- a) Como ocorrem as práticas ilegais no comércio, como a formação de cartel e o *dumping*?
- b) Quais são os efeitos dessas práticas ilegais no processo de concorrência no mercado?
- c) Como a legislação combate essas práticas ilegais?

CASO 3

Temas:

- Os efeitos nocivos para a concorrência de um processo excessivo de concentração de mercado
- Medidas que podem ser tomadas pelos órgãos de defesa econômica para restabelecer a concorrência
- A efetividade de aplicação da Lei Antitruste.

Schincariol vai pedir a intervenção do Cade

(*O Globo*, 4 de março de 2004)

“O departamento jurídico do grupo Schincariol deverá entrar com um pedido no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para que o órgão impeça a operação entre a Ambev e a belga Interbrew. Para o gerente de Marketing da Schincariol, Luiz Cláudio Daya, esta negociação vai prejudicar o mercado brasileiro e as empresas genuinamente brasileiras como a Schincariol, além de afetar os consumidores. Se o Cade se posicionou de forma contundente na análise de processos como os da Nestlé-Garoto e Pão de Açúcar-Sendas, deverá manter a mesma linha de conduta nesta questão.”

“(…) Segundo Daya, a Ambev terá vantagens na compra de matéria-prima e na negociação com fornecedores, que serão revertidas em ganhos para a empresa. Além disso, há o risco de concorrência

desleal nos preços dos produtos, em função da maior lucratividade da empresa com a operação.”

“(…) Por envolver a possibilidade de licenciamento de novas marcas produzidas ou importadas através da Interbrew, a operação envolvendo a Ambev e a cervejaria belga terá mesmo que passar pelo crivo do Cade (…).”

“Pelo termo de compromisso firmado entre a Ambev e o Cade, na época de sua criação, em 2000, o acordo entre a Ambev e a Interbrew no mercado de cervejas não teria impedimentos. No documento, a única exigência é que a empresa submeta ao Cade qualquer alteração societária feita durante sua vigência. O termo é válido por cinco anos.”

Indagações:

- a) Quais os ganhos auferidos pelas empresas oligopolistas no mercado dos fatores de produção?
- b) Em quais situações ocorre a intervenção dos órgãos de defesa do consumidor?
- c) Em que situação se aplica a Lei Antitruste para preservar os interesses econômicos?

AULA 3

Economia e meio ambiente

Efeitos econômicos da destruição do meio ambiente. Política ambiental no Brasil. Responsabilidade ambiental corporativa. Regulamentação, industrialização, desenvolvimento tecnológico e competitividade. Padrões de consumo e energia e os efeitos sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. A legislação ambiental e sua relação com o estudo da economia.

CASO 1

Temas:

• Os efeitos econômicos da destruição do meio ambiente • Responsabilidade ambiental corporativa • Padrões de consumo e energia e seus efeitos sobre o meio ambiente e o desenvolvimento.

Uma união em defesa da natureza

(*O Globo*, 16 de outubro de 2004)

“Só a união incondicional dos atores mais importantes da sociedade organizada – governo, empresas e cidadãos organizados – pode ajudar no socorro a demandas crescentemente urgentes, abrigadas sob a expressão desenvolvimento sustentável. Para o presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), Fernando Almeida, a mobilização precisa de todo mundo remando para o mesmo lado. (...) Segundo Fernando Almeida, se o crescimento econômico continuar nos patamares atuais, de 3% ao ano, os recursos naturais do planeta estarão esgotados em 2050. A responsabilidade ambiental corporativa ajuda a resolver isso, ensinando a produzir mais gastando menos”.

Indagações:

- a) Relacione os efeitos econômicos sobre a destruição do meio ambiente.
- b) Qual a importância da responsabilidade ambiental corporativa no cenário atual?
- c) Quais os reflexos do padrão de consumo atual sobre o meio ambiente?

CASO 2

Temas:

- Regulamentação, Industrialização, desenvolvimento tecnológico e competitividade
- Política ambiental no Brasil
- As questões ambientais como fator restritivo ao crescimento econômico.

A eleição da soja: Aprovada no Senado, lei dos transgênicos pode ajudar outros produtos agrícolas do Brasil

(*Época*, 11 de outubro de 2004)

“A discussão sobre a política do Brasil para os organismos geneticamente modificados deu um passo importante. Na semana passada, o Senado aprovou a Lei de Biossegurança, estabelecendo regras defendidas pelos cientistas, para desgosto de alguns

ambientalistas. O texto determina que a pesquisa e a venda dos chamados transgênicos podem ser autorizadas pela Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia (CTNBio), cuja visão do problema tende a ser a favor do avanço da ciência. Os ministérios do Meio Ambiente e da Saúde não terão, como queriam, poder de vetar as determinações da CTNBio (...)"

"A Lei de Biossegurança trata de transgênicos de maneira geral, mas dá atenção específica à soja da safra 2004-2005, que começou a ser cultivada no início do mês no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso. Como o projeto ainda carece de votação final, a menos que haja uma solução de emergência, o plantio de sementes transgênicas é uma ilegalidade que o governo finge que não vê e até financia (...)"

Indagações:

- a) Relacione a legislação ambiental com o processo econômico de produção.
- b) Quais medidas têm sido tomadas pelo governo brasileiro para preservação do meio ambiente?
- c) As questões ambientais podem retardar o processo de crescimento econômico?

CASO 3

Temas:

- A Economia dos Recursos Naturais • A gestão dos recursos hídricos • Os acordos internacionais sobre o meio ambiente.

Mata Ciliar: Programa protege rios no PR

(Folha do Meio Ambiente, março de 2004)

"A água é o recurso natural mais abundante e também o mais ameaçado pelas atividades humanas. A derrubada de matas ciliares – como cílios, protegem os olhos das nascentes e margens dos rios – e o despejo de esgoto e dos mais diversos tipos de resíduos químicos são alguns dos muitos problemas que provocam escassez, a poluição e a contaminação das águas. Quando as águas adoecem, o meio ambiente e a saúde do homem ficam ameaçados. Ao longo da história, temos descoberto muitas maneiras de substituir alguns

recursos naturais de nosso planeta como no caso do petróleo e do ferro. Mas, por mais criativo que seja o ser humano, jamais encontraremos o que possa substituir a água.”

Indagações:

- a) Qual a importância da preservação do meio ambiente para o desenvolvimento econômico?
- b) A economia do meio ambiente vem se preocupando com a preservação dos recursos hídricos?
- c) Quais são os principais acordos sobre o meio ambiente?

AULA 4

Fundamentos de economia monetária

Moeda: origem, formas, funções e definição. Meios de pagamento e títulos de crédito: os protagonistas do sistema monetário e financeiro. Instrumentos de política monetária. A ordem monetária na Constituição brasileira. Autoridades monetárias – exercem a competência da União para tratar da política monetária. Legislação que regulamenta a atuação do Banco Central – o “banco dos bancos”. Conceitos de taxa de juros e dívida interna pública. Inflação e suas conseqüências.

CASO 1

Temas:

- Moeda: origem, definição e funções
- Os meios de pagamento
- Administração da moeda e dívida interna pública.

Inflação de 1,113 quintilhão em cem anos levou a 9 mudanças de moeda: Brasileiros convivem com corrosão do poder de compra desde o século XIX
(*O Globo*, 30 de setembro de 2003).

“Se o pãozinho custasse um real (R\$ 1,00) no início do século XX, somente com 11 quatrilhões de reais (R\$ 11.000.000.000.000.000,00) seria possível comprá-lo no ano 2000.

O exemplo ilustra de maneira simples o que aconteceu com a moeda brasileira ao longo do século passado. Durante o período, o Brasil conviveu com nove moedas diferentes, sem contar os cortes de zero, como remédio para o efeito da inflação explosiva que corroía o poder de compra do brasileiro. (...)”

“Com a inflação, a perda do poder de compra do salário-mínimo, criado em julho de 1940, foi de 50% no Rio e São Paulo, em comparação com o pico de sua existência, em 1950. (...) A dívida mobiliária federal cresceu de 5% do PIB para chegar a 100% do produto em 1980 e cair para os atuais 50%.”

Indagações:

- a) Qual a participação da moeda em nossas vidas?
- b) Como o governo pode intervir sobre a moeda e quais os fundamentos legais para esta ação do poder público?
- c) Como a Constituição Federal brasileira aborda a questão monetária?

CASO 2

Temas:

- Estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN) • Funções das autoridades monetárias • Conceito de taxa de juros e títulos de crédito.

BC reage e eleva juros para 21%

(Jornal do Brasil, 15 de outubro de 2002)

“O Banco Central jogou a toalha e, diante da especulação no mercado de câmbio e do avanço da inflação, recorreu a um dos recursos mais drásticos a seu alcance: em reunião extraordinária, ontem à tarde, o Comitê de Política Monetária do BC elevou em 18% para 21% ao ano a taxa básica de juros (Selic). É a maior alta de taxa desde a maxidesvalorização do real, em janeiro de 1999. A decisão atinge em cheio a população, que pagará mais caro por empréstimos e financiamentos bancários, e o setor produtivo, que terá menos recursos para investimentos.”

“(...) Com isso, de acordo com analistas, a economia brasileira, que já vinha desaquecida, enfrentará uma queda ainda maior do consumo e da produção, o que poderá agravar o drama do desemprego.”

“Na semana passada, o BC já havia elevado o compulsório (depósito que os bancos são obrigados a recolher ao Governo) e a exigência de capital para aplicações cambiais, mas o arsenal não foi suficiente para deter a escalada da moeda americana. Os grandes bancos continuaram pressionando as cotações para lucrar com o vencimento de títulos atrelados ao dólar.”

Indagações:

- a) A estrutura do nosso SFN é adequada para nossa realidade econômica?
- b) Qual a importância da taxa de juros na economia brasileira?
- c) Qual a relação entre taxa de juros, consumo e emprego?

CASO 3

Temas:

• Instrumentos de política monetária • A ordem monetária na Constituição brasileira • Relação entre crescimento econômico e inflação.

O falso dilema entre crescimento econômico e política monetária

(*Agência Estado – Financeiro*, 5 de novembro de 2004).

“O recente e acalorado debate sobre a política monetária, e em especial as decisões do Copom sobre os juros básicos da economia, têm colocado em trincheiras opostas economistas, políticos e a mídia em geral. No fundo, este debate reflete um dilema há muito já superado tanto na teoria econômica quanto por experiências de política monetária em outros países: o uso da política monetária mais branda promove o crescimento econômico, embora cause maior inflação. Uma análise simplista da situação já traria uma resposta clara ao debate: se promover o crescimento econômico fosse meramente uma questão de reduzir a taxa de juros não haveria países pobres no mundo. Bastaria que o Banco Central adotasse uma política monetária frouxa com baixas taxas de juros e elevada oferta de moeda, tolerando assim elevadas taxas de inflação, mas, em contrapartida, desfrutar de elevadas taxas de crescimento.”

“Estudos realizados (...) apontam que oscilações na taxa de crescimento não ocorrem devido a fatores monetários, mas sim aos chamados fatores reais da economia, como nível de impostos e produtividade (com destaque para choques tecnológicos). O fato de o governo tentar utilizar a política monetária expansionista para impulsionar o crescimento simplesmente não funciona. Agentes econômicos são racionais e respondem a essas ações refazendo suas expectativas de inflação para cima. O resultado final não é crescimento da economia, mas sim mais inflação.”

Indagações:

- a) Até que ponto a ação do Governo sobre a moeda é capaz de determinar os resultados da economia?
- b) Como a moeda e o mercado financeiro estão relacionados ao mercado de trabalho e a produção?
- c) Quais os impactos da inflação sobre a distribuição de renda?

CASO 4

Temas:

- A importância da taxa de juros na dívida interna pública • A relação entre a Dívida Interna Pública e Produto Interno Bruto (PIB) • Superávits primário e operacional.

Mais R\$ 15 bi com juros: Manutenção da Selic em 16% fará governo ter gasto com a dívida acima do previsto no orçamento

(O Globo, 26 de julho de 2004)

“O governo vai gastar este ano mais R\$ 15 bilhões com o pagamento de juros da dívida pública em relação às estimativas incluídas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2005.”

“Estudo do Banco Central mostra que a dívida líquida do setor público cresceu R\$ 759,981 bilhões entre 1993 e 2003, passando de R\$ 153,163 bilhões para R\$ 913,145 bilhões. A relação entre a dívida e o PIB aumentou de 30,01% para 58,74%. A maior fonte de crescimento está nos juros nominais, que são os encargos efeti-

vamente pagos pelo Governo. Eles somaram R\$ 706,936 bilhões nos nove anos.”

“Para conter a alta dos juros, o setor público (União, estados, municípios e estatais) precisou acumular superávits primários, que somaram R\$ 224,969 bilhões, de 1995 a 2003. O esforço, entretanto, foi insuficiente para cobrir a despesa total com juros. Por isso, apesar do ajuste fiscal rigoroso, iniciado em fins de 1998, o governo continua registrando déficits nas suas contas.”

“Os dados do Banco Central mostram também que o reconhecimento de dívidas antigas, os chamados esqueletos, teve um peso importante na composição da dívida pública – mas muito menor, se comparado ao peso dos juros. Foram reconhecidos nos nove anos de estabilidade econômica R\$ 98,015 bilhões de esqueletos. São dívidas como a capitalização dos bancos federais, a liquidação de bancos privados (Econômico, Nacional), o saneamento dos bancos estaduais (Banespa, Banerj) e o fundo para contratos antigos da casa própria (FCVS).”

“(…) Em 2004, União, estados e municípios terão que acumular um superávit primário de R\$ 70,8 bilhões, equivalente a 4,25% do PIB, que foi a meta acertada pelo Brasil no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Mas a conta de juros, segundo as estimativas do próprio Banco Central, deve chegar a R\$ 120 bilhões. O montante equivale a duas vezes o orçamento previsto para o BNDES em todo ano de 2004.”

“Até maio deste ano, a dívida líquida do setor público já cresceu R\$ 33,5 bilhões em relação a dezembro de 2003.”

“(…) A economista Érica Amorim é uma estudiosa da dívida pública e dos fatores que contribuíram, ao longo da década, para o seu crescimento. Ela ressalta que, nos últimos anos, os governos vêm acumulando superávits primários (receitas menos despesas correntes) expressivos, mas o peso dos juros tem corroído esse esforço, impedindo o que seria desejável, que é a redução substancial da dívida em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).”

Indagações:

- a) Como a taxa de juros influencia no tamanho da Dívida Interna Pública?
- b) Quais os riscos que advém desse endividamento interno?
- c) Qual a relação Dívida Interna Pública e Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil, e suas conseqüências?

AULA 5

Setor externo

Definição de câmbio. Regimes cambiais: fixo, flutuante e por bandas. Políticas cambiais e implicações na balança comercial. Câmbio como instrumento de regulação comercial. Importância do direito internacional e empresarial, leis reguladoras e práticas comerciais. Definição, estrutura e aplicação do balanço de pagamentos. Organismos internacionais: FMI, OMC e BIRD. Contextualização histórica da formação desses organismos e sua importância legal. Contextualização de políticas de ajuste do balanço de pagamentos no Brasil, de conflitos comerciais e de formação de blocos econômicos. Direito internacional, instrumentos de defesa comercial – mecanismos legais que permitiram e permitirão, ou não, a formação dos blocos econômicos.

CASO 1**Temas:**

- Definição, estrutura e aplicação do balanço de pagamentos
- Definição de câmbio
- Regimes cambiais: fixo, flutuante e por bandas.

Secretário prevê que comércio entre Brasil e China vai triplicar para US\$ 35 bi até 2010

(*O Globo*, 12 de novembro de 2004).

“(...) Segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), o comércio bilateral entre os dois países teve expansão de 810% de 1991 a 2001, à média de 25% ao ano.”

“(…) O crescimento do intercâmbio comercial entre as duas economias para este ano deverá ser de 50%, sendo que, em 2003, o crescimento sobre o ano anterior foi de 79%.”

“(…) Se esse ritmo prosseguir, a China poderá se transformar no maior parceiro comercial do Brasil nos próximos anos, superando Estados Unidos e Argentina.”

“O crescimento do intercâmbio comercial entre as duas economias para este ano deverá ser de 50%, sendo que, em 2003, o crescimento sobre o ano anterior foi de 79%.”

“Informações sobre o comércio Brasil-China:

- a) Exportações para a China previstas para 2004: US\$ 5,844 bilhões
- b) Importações da China previstas para 2004: US\$ 3,464 bilhões
- c) Saldo da balança comercial previsto para 2004: US\$ 2,380 bilhões
- d) Intercâmbio comercial (a + b) previsto para 2004: US\$ 9,308 bilhões
- e) Valor aproximado das importações totais da China: US\$ 450 bilhões
- f) Participação atual do Brasil nas importações da China: próximo de 1%
- g) A se confirmar essa projeção, saldo da balança comercial previsto para 2010: US\$ 7 bilhões
- h) População atual da China: 1,7 bilhão de habitantes (mercado consumidor 10 vezes maior que o do Brasil).
- i) Demonstração clara do interesse do governo chinês: investiu mais de US\$ 20 milhões na compra e reforma de um prédio em São Paulo para abrigar o China Trade Center, que servirá como plataforma para ampliar o comércio entre os dois países.”

Indagações:

- a) No que consiste a taxa de câmbio?
- b) Qual a influência da taxa de câmbio sobre o balanço de pagamentos?
- c) Qual o regime cambial atualmente adotado na economia brasileira?

CASO 2

Temas:

- Processo de valorização e desvalorização da nossa moeda • A importância dos superávits/déficits comerciais em nossas contas externas • Os riscos inflacionários da desvalorização de nossa moeda.

Balança comercial tem superávit de US\$ 546 milhões na segunda semana de novembro

(*O Globo*, 19 de novembro de 2004).

“As exportações brasileiras somaram US\$ 2,206 bilhões, contra US\$ 1,660 bilhão das importações, sendo que até esta data, o resultado das exportações em novembro é 41% superior ao do mesmo mês de 2003, enquanto as importações subiram 33,7%.”

“As oscilações nos mercados de câmbio têm um impacto bastante significativo nesse resultado, já que os números comprovam que a volatilidade de fatores externos pode criar menor ou maior oportunidade de compra e venda entre os países.”

“No Brasil, a desvalorização do real, o câmbio flutuante e a alta taxa de juros interna impactaram diretamente para a obtenção desses números, daí a necessidade de instrumentos que meçam o custo/benefício da correspondência entre as moedas, a chamada paridade.”

Indagações:

- a) Uma desvalorização da moeda nacional em face da moeda estrangeira tenderia a elevar o superávit na balança comercial?
- b) Se a dívida externa brasileira está contabilizada em dólares americanos, qual o impacto de uma valorização/desvalorização cambial?
- c) Quais as consequências sobre os custos das empresas com a desvalorização da moeda nacional em face da moeda estrangeira?

CASO 3

Temas:

- Os organismos internacionais • O papel do FMI no equilíbrio das relações comerciais • A atuação do FMI no cenário econômico brasileiro.

FMI cobra melhor desempenho do Brasil na gestão das contas públicas

(*Veja*, 13 de outubro de 2004).

“Na semana passada, o FMI surpreendeu ao questionar a necessidade de o governo aumentar o superávit fiscal. Com o forte crescimento da economia em 2004 e a possibilidade de aumento da inflação causada por um crescimento da demanda interna, as autoridades brasileiras não titubearam em elevar a taxa básica de juros da economia e o superávit primário do governo (impostos menos gastos públicos).”

“Não custa lembrar que um ponto percentual a mais na taxa básica de juros da economia significa um gasto adicional anual no pagamento de juros de cerca de quatro bilhões de reais, suficiente para sustentar quase cinco milhões de famílias no Programa Bolsa Família durante um ano (a meta atual do governo é atingir 11 milhões de famílias pobres nos próximos dois anos).”

“Apesar das dificuldades para manter a inflação em 5%, as autoridades insistiram em sua meta inicial e resolveram apertar as políticas fiscal e monetária. Aumentaram os impostos, reduziram os gastos públicos e, não satisfeitas, aumentaram ainda mais a taxa de juros da economia, que já era uma das maiores do mundo.”

Indagações:

- a) Qual a importância do FMI na economia brasileira?
- b) Quais os impactos dos acordos com o FMI sobre a economia brasileira?
- c) Por que os países devedores do FMI são obrigados a cumprir metas por ele estabelecidas?

CASO 4

Temas: Processo de formação de blocos econômicos • Importância da OMC na resolução dos conflitos comerciais • O papel da OMC na expansão do comércio internacional.

OMC é prioritária em relação à Alca, diz Amorim

(*Valor*, 19 de novembro de 2004)

“O governo brasileiro dará prioridade às negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), em detrimento das negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), afirmou nesta quinta-feira o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, durante o encontro do Grupo do Rio, formado por representantes de 19 países da América Latina, América Central e Caribe.”

Indagações:

- a) Qual a importância da OMC para o comércio internacional?
- b) Por que a observância estreita às normas da OMC reveste de maior segurança as negociações internacionais do Brasil com os demais países?
- c) Qual a atuação da OMC no combate às práticas comerciais ilegais?

CASO 5

Temas:

- A integração brasileira nos blocos econômicos • A importância do Mercosul nas relações comerciais brasileiras • O custo Brasil como fator restritivo à integração comercial.

Área externa traz polêmica à Fiesp

(*Valor*, 18 de novembro de 2004).

“O Conselho de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo inicia esta semana discutindo questões relacionadas ao futuro do Mercosul e qual será o papel da Fiesp como interlocutor do empresariado junto ao governo nas negociações internacionais.”

“O diretor da Fiesp Roberto Gianetti da Fonseca afirmou que está organizando os empresários para propor ao governo federal um passo atrás no Mercosul: transformar o bloco de união aduaneira em área de livre comércio. O objetivo seria liberar o Brasil para acordos bilaterais, com expresso apoio dos empresários do agronegócio e dos setores de calçados e eletrodomésticos.”

“Desde o início, o governo privilegia o Mercosul como o elemento mais importante da política externa e do comércio internacional. É preciso, entretanto, atenção quanto ao fato de que todos os outros países da região estão fechando acordos de relações bilaterais com os Estados Unidos, Peru, Equador, Bolívia; com exceção de Venezuela e do Mercosul, todos já fecharam acordos.”

Indagações:

- a) Quais os benefícios para integração dos países em blocos econômicos?
- b) Qual a importância do Mercosul para a economia brasileira?
- c) Qual o posicionamento atual do Brasil em relação à Alca?

AULA 6

Crescimento econômico e informalidade no mercado de trabalho

Conceituação das óticas de mensuração das atividades econômicas em correlação com a legislação vigente. Definições de produtos interno e nacional. Definições de setores formais (tributáveis) e informais (não-tributáveis) da economia. A informalidade no mercado de trabalho e suas consequências (contrabando, pirataria, renda etc.). Diferenciação entre desenvolvimento e crescimento econômico. Identificação de objetivos desenvolvimentistas na legislação: Constituições federal e estadual e Leis Orgânicas Municipais.

CASO 1

Temas:

- Informalidade na atividade econômica e no mercado de trabalho
- Concorrência desleal dos produtos piratas e suas consequências na economia e no nível de emprego.
- Importância da carga tributária, da legislação trabalhista e da burocracia no crescimento do comércio informal

Cariocas compram no camelô

(Jornal do Brasil, 26 de maio de 2004)

“A maioria dos cariocas assume que compra produtos em camelôs, mesmo duvidando da procedência e da qualidade dos produtos, e não pensa em mudar de hábito. A conclusão é de uma pesquisa divulgada ontem pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Segundo o estudo, 59% das pessoas adquirem mercadorias no mercado informal regularmente. Para as entidades empresariais, esse tipo de comércio representa uma concorrência desleal e a população precisa ser conscientizada dos perigos que isso traz para a economia.”

“Segundo o estudo, o preço baixo é o principal motivo para os consumidores comprarem nos camelôs – razão citada por 31,9% dos entrevistados. Em segundo lugar, vem a flexibilidade para negociar o preço (11,4%). O acesso fácil foi a alegação de 11,1% para aderir ao comércio ilegal e a possibilidade de se pagar com tíquetes ou vales-transporte foi lembrada por 10,4% das pessoas.”

“(…) Para o diretor corporativo da Firjan, Augusto Franco, a população precisa conhecer mais detalhadamente os efeitos da informalidade. Caberia às autoridades um combate mais firme contra a clandestinidade. Ele também defende revisão na carga tributária, na legislação trabalhista e na burocracia para se combater o comércio informal. Segundo Franco, as pessoas desconhecem o mal que estão fazendo para a economia e ao mercado de trabalho ao comprarem esses produtos.”

“O superintendente de Desenvolvimento da Federação do Comércio do Rio (Fecomércio RJ), José Sette, afirmou que a prioridade deveria ser a conscientização da população, principalmente em relação aos males causados pela pirataria. Segundo ele, medidas de repressão surtem pouco efeito.”

“O chefe do Departamento Econômico da Confederação Nacional do Comércio, Carlos Tadeu de Freitas, culpa principalmente a carga tributária pelo crescimento da informalidade. Segundo ele, a queda na renda e o maior peso que as tarifas públicas estão tendo no bolso da população, também estimulam a compra dessas mercadorias mais baratas.”

“(…) Para o professor do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas Luiz Affonso Romano, a pesquisa da Firjan revela uma incoerência do carioca. Enquanto reclama dos camelôs ocupando as calçadas, não deixa de comprar produtos nas barraquinhas (...) ‘A fiscalização total é impossível. Na época do apagão, a população colaborou com o governo porque foi bem esclarecida. Deveria haver o mesmo em relação à pirataria’, disse o professor.”

Indagações:

- a) O que leva um trabalhador a buscar a informalidade?
- b) Quais as consequências da informalidade no sistema de seguridade nacional?
- c) Qual a influência da carga tributária, da legislação trabalhista e da burocracia no crescimento da informalidade?

CASO 2

Temas:

- Definição de produto interno e nacional • Diferença entre os setores formais (tributáveis) e informais (não-tributáveis) da economia • Conceituação de desenvolvimento, crescimento econômico e legislação pertinente.

Crescimento pode causar novo apagão no Brasil: Recuperação da infra-estrutura depende de investimentos privados

(Financial Times, 25 de outubro de 2004, São Paulo)

“Os investidores estão otimistas quanto à perspectiva de crescimento econômico no Brasil neste ano. Há no mercado o consenso de que o Produto Interno Bruto crescerá mais de 4,5%, algo bem acima da meta governamental de 3,5%, estabelecida no início do ano. Mas há uma preocupação cada vez maior com a possibilidade de a decrépita infra-estrutura do País não acompanhar tal ritmo de crescimento e entrar em colapso, como em 2001.”

“(…) Vários grupos internacionais de energia elétrica, que se arrependem de terem investido pesadamente no Brasil no final dos

anos 1990, enfrentam problemas ainda maiores em seus mercados domésticos. Tais grupos dificilmente fornecerão o restante dos investimentos. A conclusão poderia ser que as luzes comecem a se apagar em breve.”

“(…) Há uma centelha de esperança sobre o quadro. Um motivo para otimismo é o interesse que os fundos de pensão têm manifestado em relação ao setor. É exatamente de instituições desse tipo, nas quais tanto os compromissos quanto as necessidades de bens são regidos por metas de longo prazo, que se esperam investimentos para o setor.”

“Entretanto, essas instituições se sentam tradicionalmente sobre as dívidas governamentais de curto prazo e retorno elevado. Mas esse quadro começa a mudar.”

“(…) Uma dívida governamental menos rentável e um aumento maior do que o esperado no índice de preços ao consumidor, ao qual várias metas de seguro desses fundos estão vinculadas, tornaram difícil para muitos deles atingir tais metas neste ano.”

“(…) Outros setores brasileiros de infra-estrutura também precisam de dinheiro. (...) Uma fonte potencial é um novo fundo que deverá ser lançado em breve pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Chamado de Fundo de Investimento em Infra-Estrutura do Brasil, ele tem o objetivo de levantar R\$ 1,5 bilhão, dos quais o banco fornecerá US\$ 75 milhões como principal investidor.”

“O banco espera atrair parte da grande liquidez disponível nos fundos brasileiros de pensão, permitindo que eles diversifiquem as suas carteiras e, ainda assim, alcancem as metas atuariais.”

“(…) O cenário econômico brasileiro, cada vez mais favorável, reacendeu o interesse do investidor estrangeiro. Por si próprias, tais iniciativas não serão suficientes. O governo espera que mais verbas sejam levantadas por meio de uma legislação que está por vir sobre as parcerias do setor público e privado.”

“(…) Embora a legislação a respeito das parcerias dos setores público e privado seja bem-vinda, o governo não conseguiu usar os seus atuais poderes para transferir mais serviços públicos, incluindo o transporte, para concessões privadas.”

“Mas sabe-se que a necessidade é a mãe da invenção. Poucos são os que duvidam da necessidade de que seja investido mais capital privado na infra-estrutura brasileira. E começam a aparecer os canais para que isso ocorra.”

Indagações:

- a) Qual a diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico?
- b) No texto acima está incluso o setor informal? Qual seria sua implicação para o crescimento econômico?
- c) Em que consiste o Produto Interno Bruto (PIB)?

CASO 3

Temas:

- A informalidade no mercado de trabalho e suas conseqüências (contrabando, pirataria etc.)
- A informalidade e suas conseqüências na tributação
- A informalidade e seus impactos na renda nacional.

Mudanças na fiscalização de mercadorias

(*Agência Reuters*, 3 de novembro de 2003, Brasília)

“A Receita Federal decidiu intensificar a fiscalização de mercadorias trazidas de países vizinhos, principalmente do Paraguai. A partir de agora, as empresas de turismo que transportarem mercadorias sem identificação dos proprietários poderão ser multadas e ter seus ônibus de passageiros apreendidos.”

“Segundo a Medida Provisória 135, que alterou a legislação tributária, as empresas de turismo ficam responsáveis por identificar todas as bagagens dos passageiros. Tudo o que não for identificado será considerado de propriedade da empresa de turismo.”

Indagações:

- a) Qual o impacto da sonegação na arrecadação tributária?
- b) Qual o impacto da sonegação na competitividade das empresas?
- c) Quais os reflexos da informalidade na renda nacional?

AULA 7

Políticas econômico-sociais no Brasil

Investimentos em infra-estrutura. Educação e saúde. A segurança como entrave ao desenvolvimento econômico. Competitividade de nossos produtos no mercado internacional. Indicadores sociais e retrato do País por meio do censo.

CASO 1

Temas:

• Investimentos em infra-estrutura no Brasil • Competitividade de nossos produtos no mercado internacional • As parcerias público-privadas.

Perto do fim da linha

(*Globo Rural*, junho de 2004)

“Em pouco menos de duas décadas o Brasil dobrou a produção de grãos e de carne bovina e quadruplicou a produção de aves, num grande movimento que conjugou eficiência produtiva, desenvolvimento tecnológico, organização empresarial e novas formas de comercialização raras vezes presenciado no mundo. Graças a isso o país tornou-se recentemente o maior exportador mundial de soja, carne bovina e carne de frango – além de manter-se na liderança do café, açúcar e suco de laranja.”

“(…) Mas a infra-estrutura do País não acompanhou nem de perto a velocidade dessas mudanças, e agora a escassez de portos, estradas e ferrovias ameaça a continuidade da expansão agrícola no Brasil.”

“Fala-se com temor, no meio do setor agrícola, num colapso total no sistema de transportes que provocaria grandes perdas de mercadorias por incapacidade de fazê-las chegar ao destino. Haveria perdas de toda ordem: grande volume deixaria de ser colhido, outro montante não seria embarcado; e o plantio para a safra seguinte estaria comprometido. É ponto pacífico no setor que uma safra maior que a atual, de 120 milhões de toneladas, é impossível de ser escoada com um mínimo de eficácia.”

“(…) A soma de gargalos, ineficiências e atrasos é de 2 bilhões e 400 milhões de dólares, calcula a Bunge, uma das maiores processadoras de grãos em atividade no País, com 73 unidades em 14 estados, entre fábricas, portos e centros de distribuição. Os produtores brasileiros têm este custo extra em comparação com seus concorrentes principais. A grande distância do Centro-Oeste até os portos exportadores, a lentidão nas estradas (a velocidade média dos caminhões diminuiu 40% nos últimos quatro anos) e a falta de opções fluviais e ferroviárias, que barateariam o transporte, representa metade da conta. O restante advém da ineficácia portuária, que coloca os custos dos portos brasileiros entre os maiores do planeta.”

“(…) Neste ano, a gravidade da situação dos transportes foi observada no porto de Paranaguá (PR), um dos principais terminais exportadores de soja do Brasil. Houve problemas administrativos, greve dos fiscais federais, longas filas de caminhões e lentidão no embarque e desembarque de navios durante o escoamento da safra.”

“(…) Para tentar não perder esta oportunidade, o setor privado arregaçou as mangas e coloca a mão no bolso para minimizar os problemas por conta própria. (...) Segundo César Borges de Sousa, vice-presidente da Caramuru e conselheiro da Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), a solução para os problemas logísticos tem sido a parceria. No final do ano passado, a Caramuru adquiriu 300 vagões e dez locomotivas ao custo de 30 milhões de reais. O investimento deve elevar em 45% o transporte da companhia via ferrovia, para algo em torno de 800 mil toneladas este ano.”

Indagações:

- a) Como se realizam as parcerias público-privadas?
- b) Qual a importância das parcerias público-privadas?
- c) Quais as consequências da ausência de investimentos em infra-estrutura na competitividade de nossos produtos no mercado internacional?

CASO 2

Temas:

- O papel do Estado no desenvolvimento do setor de infra-estrutura • A necessidade de financiamento por meio de banco de fomento estatal (BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) • O papel do mercado investidor (nacional e estrangeiro).

O vagão do BNDES: Banco assina protocolo de intenções para ajuda financeira à Brasil Ferrovias

(O Globo, 28 de outubro de 2004)

“O governo deu o primeiro passo para reduzir os gargalos que dificultam o escoamento da produção brasileira, sobretudo de grãos, com a assinatura ontem de um protocolo de intenções para reestruturar o grupo Brasil Ferrovias – formado por Ferronorte, Ferroban e Novoeste que foram privatizadas em 1989, 1999 e 1996, respectivamente – e dar a ele fôlego para investir. (...) O esforço de ajuda à holding corresponde a R\$ 540 milhões, sendo R\$ 405 milhões do BNDES e R\$ 135 milhões dos dois principais acionistas, os fundos de pensão Previ e Funcef. Pelo acordo, o BNDES vai converter em ações R\$ 249 milhões em dívidas da Ferronorte com a instituição e ainda injetar R\$ 405 milhões em dinheiro novo. Com isso o BNDES passará a ter 31% da Ferronorte.”

Indagações:

- a) Qual o papel da privatização como alívio para o Estado brasileiro nos investimentos em infra-estrutura?
- b) Qual a importância dos bancos de fomento estatal no investimento de infra-estrutura?
- c) Qual a importância dos fundos de pensão nos investimentos?

CASO 3

Temas:

- Os indicadores sociais e o retrato do País por meio do censo • As políticas públicas: a educação e a saúde no Brasil • Os entraves sociais ao desenvolvimento econômico.

Foco de programas sociais na berlinda

(*O Globo*, 20 de maio de 2004)

“Não tardará a sair do forno uma nova safra de análises sobre pobreza e renda no País, de carona na nova Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). O levantamento divulgado ontem pelo IBGE faz brilhar os olhos sobre miséria e desigualdades sociais. Eles enxergam na POF a oportunidade de analisar as condições de vida nas áreas urbanas e rurais do País, contando inclusive com a avaliação dos próprios moradores. (...)”

“Para Fernando Gaiger, técnico do Ipea e doutorando da Unicamp, os resultados da POF mostram que a pobreza e a falta de alimentação não estão necessariamente relacionados. Isso vai até um pouco em encontro ao Fome Zero, mas pobreza não é só fome. A dificuldade de ter uma alimentação adequada pode vir da necessidade de honrar outras despesas. Se você não pagar o aluguel, é expulso de casa. Se não pagar a conta de luz, tem a energia cortada. Há gastos que são menos incomprimíveis do que a alimentação.”

“O economista Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas, acha que o POF vai redesenhar o debate e as políticas sociais no País. Segundo ele, a pesquisa mostra que as necessidades de alimentação e de rendimento dos brasileiros vão além do que estabelecem todas as linhas de pobreza conhecidas.”

“De modo geral, as políticas públicas e os estudos da área social consideram miseráveis com renda familiar *per capita* inferior a um quarto do salário-mínimo. (...)”

Indagações:

- a) Quais os principais entraves sociais ao desenvolvimento econômico?
- b) Quais as principais conseqüências para economia, da ausência de investimentos em Educação e Saúde?
- c) Relacione os principais indicadores sociais do País.

AULA 8

Desigualdade e tributação

Os princípios gerais de tributação. Progressividade e regressividade dos tributos no País. A desigualdade de renda pessoal e regional e suas conseqüências. Orçamento e endividamento público.

CASO 1

Temas:

- A importância da tributação na redução das desigualdades
- A desigualdade como entrave ao desenvolvimento
- A desigualdade de renda e seu impacto social.

Mais de 47 milhões na miséria

(*O Globo*, 14 de outubro de 2004)

“(…) Cálculo inédito do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV) mostra que a parcela da população que não ganha o suficiente para comer passou de 26,23% em 2002 para 27,26% no ano passado. Significa dizer que 47,4 milhões de brasileiros não têm dinheiro para comprar a cesta de alimentos que lhes garanta o consumo diário de 2.888 calorias, nível recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).”

“(…) Os dados da Fundação mostram que a miséria cresceu fortemente nas regiões metropolitanas (de 16,6% para 19,14% de um ano para outro), mas caiu no campo (de 51,4% para 51%), onde a situação é mais aguda. Para Marcelo Néri, chefe do CPS-FGV, a crise no mercado de trabalho explica o agravamento dos indicadores sociais nos grandes centros urbanos. Já as áreas rurais, observa, estariam começando a exibir os efeitos das políticas públicas que têm tido prioridade desde o governo passado.”

“(…) O aumento da pobreza no ano passado não chegou a surpreender os especialistas da área social. Maurício Blanco, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), previa a tendência desde que viu os resultados da Pnad. Segundo ele, seria difícil haver redução da pobreza com queda real de 8% na renda dos

domicílios: ‘A renda caiu forte em todas as faixas analisadas e o desemprego aumentou. O ano passado foi difícil.’ “

“O economista Marcelo Medeiros, do Centro Internacional de Pobreza da ONU, diz que o aumento do desemprego no ano passado contribuiu para agravar os indicadores sociais. E que os indícios de uma crise estrutural no mercado de trabalho, especialmente para quem tem baixa escolaridade, sugerem que a desocupação tornou-se fator importante para explicar o aumento da miséria.”

Indagações:

- a) Como caracterizar o estágio atual de desigualdade de renda no País?
- b) Como a desigualdade de renda pode dificultar o processo de desenvolvimento?
- c) Qual a importância da progressividade dos tributos na redução da desigualdade de renda?

CASO 2

Temas:

- Princípios gerais de tributação • Progressividade e regressividade dos tributos no País • Os impactos da estrutura tributária no Brasil e o seu crescimento.

Voracidade sem limites: Sistema tributário do Brasil é o que mais onera a população na América do Sul

(*O Globo*, 21 de novembro de 2004)

“O brasileiro é o cidadão sul-americano que paga mais impostos sobre os produtos que consome. O Brasil é a maior economia do continente, mas essa vantagem não se reflete no bolso do consumidor. Um estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), a pedido da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), mostra que, em relação aos vizinhos, o Brasil tem o sistema tributário mais atrasado e a maior carga de tributos.”

“O estudo comparou os impostos embutidos aos preços de 58 produtos consumidos no Brasil, na Argentina, na Colômbia e na Venezuela. Entre os produtos da cesta básica foram encontradas

diferenças de quase 30 pontos percentuais incorporadas aos preços. Ao comprar açúcar, por exemplo, o consumidor brasileiro paga 31,57% de impostos – apesar de o País ser um dos maiores produtores mundiais – enquanto o vizinho venezuelano paga apenas 1,69%.”

“Outros produtos da cesta básica foram incluídos na pesquisa. Enquanto o brasileiro paga 27,25% de imposto pelo tradicional cafezinho, na Colômbia – outro grande produtor e exportador do produto – o consumidor paga apenas 0,81% de imposto.”

“(…) Na compra de eletroeletrônicos, o imposto chega a 45,4% no Brasil. No caso de DVDs, que custam cerca de R\$ 500, R\$ 227 são de impostos. Na Venezuela, a alíquota no preço desses produtos é de 16,69%; na Colômbia de 17,1% (o equivalente a R\$ 85); e na Argentina, de 24,91%.”

“Ao comparar a carga tributária sobre preços dos produtos nas quatro maiores economias sul-americanas (à exceção do Chile), o estudo mostra que, além de impostos com alíquotas muito mais baixas, os vizinhos têm estrutura tributária mais simplificada e avançada que a do Brasil.”

“Tanto na Argentina como na Colômbia e na Venezuela é adotado, há décadas, um imposto único sobre o valor agregado, o IVA, incidente sobre o preço final e cobrado na venda dos produtos. No Brasil, estão embutidos no preço três tributos federais (PIS, Cofins e IPI) e um estadual, o ICMS.(…)”

Indagações:

- a) Relacione os princípios gerais de tributação.
- b) Como o excesso de carga tributária pode ser um entrave ao desenvolvimento do País?
- c) Qual a razão de o Estado brasileiro tributar em excesso o consumo?

CASO 3

Temas:

- A importância dos tributos no orçamento da classe média • A incapacidade de geração de poupança para promover o crescimento da economia
- A relação entre tributos e a prestação de serviços públicos pelo Estado.

Imposto e tarifa apertam renda: Classe média gasta mais com tributos e taxas do que com educação e saúde

(O Globo, 23 de maio de 2004)

“O apetite do fisco cresceu tanto nos últimos anos que, hoje, as famílias com renda maior já gastam com impostos mais do que com educação. (...) Num país com distribuição de renda tão desigual como o Brasil, a renda familiar acima de R\$ 6 mil aparece no topo da pirâmide social. Proporcionalmente, também é o grupo que mais paga impostos. Mas, em nenhuma outra classe de renda, o peso dos tributos é tão maior do que os gastos com saúde e os desembolsos com educação.”

“(…) As mudanças na economia com o Plano Real também afetaram as despesas com os serviços públicos. As privatizações das concessionárias de energia elétrica, telefonia e, em alguns casos, água e esgoto, se por um lado melhoraram o serviço, por outro lado aumentaram os preços.”

“(…) Com o orçamento tão amarrado a despesas obrigatórias, não é de estranhar que, mesmo nessa classe de renda, mais da metade das famílias tenham afirmado ao IBGE que têm algum grau de dificuldade para fechar as contas no fim do mês.”

Indagações:

- a) O sistema de prestação de serviços públicos no Brasil é compatível com a carga tributária?
- b) Mostre como a elevada carga tributária nacional afeta o nível de poupança/investimento no País.
- c) Qual a consequência da elevada carga tributária na renda familiar?

AULA 9

A economia do estado do Rio de Janeiro

Principais atividades econômicas (petróleo, turismo e serviços). Perspectivas de investimentos. A violência e a fuga do investimento. Os indicadores sociais e os investimentos de natureza social.

CASO 1

Temas:

- A pobreza existente na região • A violência urbana e a fuga do investimento • Os indicadores sociais e os investimentos de natureza social.

Indicadores do Rio se aproximam do Nordeste

(*O Globo*, 20 de maio de 2004)

“Terceiro maior rendimento familiar do País, somente atrás de Distrito Federal e São Paulo, o estado do Rio se distancia do Centro-Sul quando o que está em jogo é a satisfação – ou melhor a insatisfação – das famílias com suas condições de moradia e alimentação. Na lista dos lugares onde é maior a percepção da fome, o Rio aparece ao lado de estados do Norte e Nordeste. Quase um quinto dos fluminenses (19,97%) diz que a quantidade de alimentos consumida por suas famílias é normalmente insuficiente (...) O resultado só é pior em Alagoas, Paraíba, Acre, Amazonas e Pernambuco.”

“(…) A economista Hildete Pereira de Mello, professora da UFF, atribui o descontentamento dos fluminenses à falta de dinamismo econômico do estado. Ela lembra que, nos anos 1990, o Rio perdeu empregos com as privatizações e a modernização das indústrias. O encolhimento do serviço público, com o corte de vagas e a transferência de funcionários do Rio para Brasília foi outro golpe.”

“(…) André Urani, presidente do Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (Iets), explica que os indicadores de bem-estar no Brasil só não estão evoluindo positivamente nas regiões metropolitanas, onde a desigualdade de renda, a indigência e o desemprego têm aumentado. No estado do Rio, três quartos da população estão na região metropolitana. É a maior proporção entre os estados do País: ‘A crise metropolitana se reflete na avaliação dos fluminenses sobre moradia. O problema mais citado é a falta de espaço, com 42,85% das respostas, enquanto no Brasil esse percentual é pouco menor (41,45%). A violência ou vandalismo no entorno da moradia incomoda 34,95% dos fluminenses, parcela bem acima da média nacional (27,92%).’ “

Indagações:

- a) Quais as razões da redução da atividade econômica no estado do Rio de Janeiro?
- b) Qual a relação da violência com a fuga de investimentos?
- c) Comente sobre as questões sociais que entravam o desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro.

CASO 2**Temas:**

- A questão da segurança como fator restritivo ao investimento no estado do Rio de Janeiro • A redução do consumo em função da violência • A redução da atividade econômica e do nível de emprego e a relação com o aumento da violência.

Violência muda consumo: Pesquisa do Clube de Lojistas revela que medo de consumidor do Rio restringe compras

(*O Globo*, 8 de outubro de 2004)

“Nem inflação nem desemprego. A maior preocupação do consumidor carioca, que se traduz num grande entrave para o consumo na cidade, é a violência. (...) ‘O consumidor se retrai. Depois de cada evento violento noticiado na cidade, como a guerra entre Rocinha e Vidigal, apuramos uma redução de 25% no movimento dos shoppings depois das 21h. Isso significa perda de faturamento, especialmente para restaurantes e lanchonetes’, revela Daniel Plá, diretor da Câmara de Varejo da Associação Comercial do Rio (ACRJ). ‘A insegurança amortece o crescimento desses segmentos, mas não se pode dizer que seja uma tendência generalizada na indústria’, afirma a economista Luciana de Sá, chefe da Assessoria de Pesquisas Econômicas da Firjan. (...)”

Indagações:

- a) Quais as consequências para o estado do Rio de Janeiro do aumento da violência?

- b) Quais os impactos dos investimentos em segurança no custo dos produtos e serviços (focalizar o caso do estado do Rio)?
- c) Como o elevado nível de desemprego no estado vem estimulando o aumento da informalidade?

CASO 3

Temas: Principais atividades econômicas (petróleo, turismo e serviços) • Perspectivas de investimentos no estado • A vocação econômica do estado.

Um retrato distorcido do Rio: Recuperação do setor naval está fora das estatísticas oficiais sobre a indústria fluminense

(*O Globo*, 1 de novembro de 2004)

“O desempenho apenas razoável da produção industrial fluminense nos últimos tempos esconde uma lacuna. Depois de quase sucumbir a uma crise, que começou nos anos 1980 e atravessou a década passada, a indústria naval do Rio de Janeiro ressuscitou, de carona com a expansão da atividade petrolífera da Bacia de Campos. Mas o salto na produção e no emprego não vem sendo contabilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em sua Pesquisa Industrial Mensal (PIM), o mais importante termômetro do segmento no País.”

“(…) O secretário estadual de Energia, Indústria Naval e Petróleo, Wagner Victor, afirma que a produção de embarcações para a exploração de petróleo está entre as mais importantes atividades econômicas do Rio. (...)”

“De janeiro a agosto (último dado disponível), a produção industrial brasileira aumentou 8,8% em relação aos oito primeiros meses de 2003. No mesmo período, a indústria fluminense teve expansão de apenas 0,7%, segundo o IBGE. Em 2004, as cinco paradas técnicas em plataformas da Petrobras, em Campos, fizeram cair 5,5% a produção extrativa mineral, que nos últimos tempos empurrava para cima a indústria do Rio. O setor que mais vem se destacando no estado este é o da produção automotiva. (...)”

Indagações:

- a) Quais são as principais atividades econômicas do estado?
- b) Quais as principais vocações econômicas do estado, e a que setores elas pertencem?
- c) Qual a importância dos *royalties* do petróleo na economia do estado?

AULA 10

Desenvolvimento econômico sustentável

A pobreza como processo restritivo ao desenvolvimento econômico sustentável. O planejamento familiar como processo de redução das despesas públicas. Cidadania e responsabilidade social. A violência como fator restritivo ao desenvolvimento econômico sustentável. O meio ambiente e a importância de sua preservação para alcançar a sustentabilidade.

CASO 1**Temas:**

- A questão social como fator restritivo ao desenvolvimento econômico-sustentável
- O investimento na educação para manter o desenvolvimento econômico sustentável
- O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Menos dinheiro no bolso

(*Veja*, 06 de outubro de 2004)

“(…) De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), anunciada pelo IBGE na semana passada, em setembro de 2003 a renda média mensal do trabalhador era de apenas 692 reais, o ponto mais baixo desde 1995.”

“(…) A escalada dos juros para conter a inflação elevou o custo dos empréstimos, travou os investimentos e, por fim, derrubou a renda. Entre 2002 e 2003, perdeu mais quem ganhava mais. A metade mais rica da população viu os recursos mensais minguar em 8,1% de um ano para outro. Já a metade mais pobre perdeu 4,2% da renda. A riqueza ficou menos concentrada, mas, em um cenário de redução geral da renda, isso não chega a ser um consolo.”

“Para Eduardo Pereira Nunes, presidente do IBGE, apesar dessa evidência, é preciso lembrar que os mais ricos não vivem apenas do trabalho e não declaram à pesquisa os ganhos com fundos de investimento, aluguéis e outros tipos de renda. ‘A meta deve ser o crescimento econômico para que os mais pobres ganhem renda em vez de ser os que perdem menos.’ “

“Apesar das más notícias, houve avanços entre 2002 e 2003. A despeito da renda menor, o trabalho infantil diminuiu com a saída de 367.000 crianças e adolescentes do mercado. Já o número de trabalhadores com carteira assinada cresceu. Cerca de 850.000 postos formais de trabalho foram criados (...) Na área da educação, que é crucial para o crescimento econômico de longo prazo, também houve progresso. A frequência escolar de crianças e adultos aumentou. (...)”

Indagações:

- a) Como se conceitua desenvolvimento econômico sustentável?
- b) Por que a pobreza pode ser considerada um entrave ao desenvolvimento econômico sustentável?
- c) Qual a posição ocupada pelo Brasil no IDH?

CASO 2

Temas:

• A importância da participação da população envolvida para resolução das questões sociais • A questão ambiental como fator restritivo ao desenvolvimento econômico sustentável • As políticas nacionais visando manter a sustentabilidade.

Desenvolvimento Sustentável

(texto: Marina Ceccato Mendes; fonte: internet – <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos>)

“(...) O atual modelo de crescimento econômico resultou em enormes desequilíbrios; se, por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia. Diante desta contestação, surge

a idéia do desenvolvimento sustentável, buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e, ainda, ao fim da pobreza no mundo.”

“(…) Para alcançarmos o desenvolvimento sustentável, a proteção do ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento, e não pode ser considerada isoladamente; (...) qual a diferença entre crescimento e desenvolvimento? A diferença é que o crescimento não conduz automaticamente à igualdade nem à justiça sociais. (...) O desenvolvimento, por sua vez, preocupa-se com a geração de riquezas, sim, mas tem o objetivo de distribuí-las, de melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração, portanto, a qualidade ambiental do planeta.”

“O desenvolvimento sustentável tem seis aspectos prioritários que devem ser entendidos como metas: 1 – Satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer etc). 2 – Solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver). 3 – Participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal). 4 – Preservação dos recursos naturais (água, oxigênio etc). 5 – Elaboração de um sistema social garantindo o emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo os índios). 6 – Efetivação de programas educativos.”

Indagações:

- a) Quais as principais medidas para reduzir a pobreza e melhorar os indicadores sociais?
- b) Qual a participação da esfera política no processo de conscientização da população?
- c) Como a questão ambiental pode influenciar no desenvolvimento econômico sustentável?

CASO 3

Temas:

- O relacionamento das empresas e organizações não-governamentais no processo de redução da pobreza • Cidadania e responsabilidade social empresarial • A responsabilidade social como base para o desenvolvimento econômico sustentável

Para evitar a miséria do futuro

(artigo de Wagner Granja Vicer – *O Globo*, 3 de junho de 2004)

“Um dos temas de discussão na indústria de petróleo internacional é como produzir com responsabilidade social. Problemas como os graves contrastes entre a riqueza produzida e a não-transformação em benefícios concretos à população ao redor – como é o caso de países africanos e da Venezuela – têm feito com que muitas empresas e governos comecem a rever os seus procedimentos e a refletir mais profundamente.”

“Hoje, na principal região produtora da Europa, que é o Mar do Norte, nas províncias de Aberdeen, na Escócia, e em Stavanger, na Noruega, onde começa o declínio da produção de petróleo, a população cobra fortemente posturas das empresas e principalmente dos governos centrais a realização de ações decisivas, visando reduzir os impactos deste esvaziamento progressivo.”

“(…) O desenvolvimento em bases competitivas da indústria local e também a prática de ações sociais permanentes no envolvimento com as comunidades carentes são fundamentais e devem ser incentivadas, porém não são suficientes para evitar os graves problemas de degradação gerados pela finalização natural do processo exploratório de produção petrolífera. No caso do Brasil, os *royalties*, têm tido papel importante, pois funcionam como processo indenizador para fazer frente aos investimentos necessários às diversas novas demandas que surgem para suportar a indústria do petróleo, que atrai investimentos, mas também provoca grande fluxo migratório e conseqüentemente novos gastos em educação, saneamento e infra-estrutura.”

“(…) A importante reflexão é que o petróleo é uma riqueza mineral finita, e portanto não dará ‘duas safras’. Sendo assim, a responsabilidade em dar sustentabilidade ao desenvolvimento e minimizar os impactos e não gerar novas ‘serras peladas’ não é somente dos governos, mas também das empresas no planejamento da mobilização e desmobilização de seus empreendimentos.”

Indagações:

- a) Qual a importância das empresas na redução das desigualdades sociais?
- b) Como se processam as relações entre empresas e organizações não-governamentais na realização de atividades de responsabilidade social?
- c) De que maneira o governo pode incentivar a participação das empresas nas atividades sociais?





